

Discurso Solenidade de Recondução Procurador-Geral de Justiça Militar biênio 2026-2028

Senhoras e Senhores,

Retorno a esta tribuna com o espírito renovado, mas com a consciência profunda do peso que carrega o cargo de Procurador-Geral de Justiça Militar e com a certeza de que a recondução não é um atestado de repouso, mas uma convocação ao trabalho redobrado.

Quero, primeiramente, elevar meu pensamento a Deus e agradecer à minha família — minha base e porto seguro — pelo sacrifício pessoal que minha dedicação à vida do Ministério Público Militar, notadamente nestes últimos anos, lhes exige.

Agradeço também, neste intróito, de forma muito especial, aos meus pares.

A expressiva votação que recebi na formação da lista tríplice — alcançando a marca de quase 90% dos votos válidos — não é uma vitória pessoal, mas uma vitória da confiança.

Esse percentual histórico traz consigo uma responsabilidade imensa: a de representar os anseios de uma classe que clama por estabilidade, maturidade e progresso. Recebo esse apoio não com vaidade, mas com a humildade de quem sabe que quase a totalidade dos membros do Ministério Público Militar caminha unida em torno de um projeto comum, e que chancelou não um nome, mas um projeto de Instituição.

Nenhuma liderança se sustenta no vácuo.

Se hoje também celebramos os avanços do último biênio, é porque contei com o braço forte de servidores, assessores e colaboradores que não mediram esforços, muitas vezes também sacrificando o convívio familiar e o descanso, para que a engrenagem do MPM não parasse. Vocês são o motor silencioso dessa instituição. O brilho deste momento é dividido, em partes iguais, com cada um de vocês que, no cotidiano do dever, transformam processos em justiça.

Faço aqui um agradecimento especial e indispensável à minha equipe de trabalho. Quero destacar, de forma muito particular, o apoio técnico e a lealdade institucional da Vice-Procuradora-Geral, da Chefe de Gabinete, do Diretor-Geral, dos titulares das Secretarias e áreas temáticas, bem como dos integrantes da Secretaria do Gabinete e da Assessoria Jurídica do PGJM. Vocês são os pilares da nossa gestão; com competência e equilíbrio, traduziram diretrizes em ações e desafios em soluções.

Dirijo também uma palavra de profundo reconhecimento ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República.

Agradeço não apenas pelo apoio constante ao longo do mandato que ora se encerra, que estendo ao Vice-Procurador-Geral, à Secretária-Geral do MPU e seu Adjunto, aos Chefes de Gabinete e Secretários de Relações Institucionais (de ontem e de hoje), mas, sobretudo, Dr. Paulo Gonet, por sua postura republicana ao respeitar a vontade soberana da nossa classe.

Ao nomear o primeiro colocado da lista, Vossa Excelência fortalece a autonomia do Ministério Público Militar e demonstra que o diálogo e o respeito institucional são as pedras angulares da nossa unidade no Ministério Público da União.

Nos últimos dois anos, enfrentamos desafios que testaram nossa resiliência. Adequamos sedes, repactuamos contratos, investimos em tecnologia e, acima de tudo, priorizamos o diálogo inter e intra institucional. No entanto, a gestão pública é um processo contínuo. Não se faz justiça com atos isolados, mas com a persistência de diretrizes claras. O biênio 2026-2028, espero, será o tempo da consolidação.

Mas não andamos apenas por caminhos floridos.

É preciso falar com franqueza: o último biênio foi marcado por severas dificuldades orçamentárias.

Gerir o Ministério Público Militar sob restrições fiscais não é apenas um exercício de contabilidade, é um desafio de sobrevivência institucional. A falta de recursos limita nossa tecnologia, nossa infraestrutura e, por vezes, nossa capacidade de resposta.

Mas o orçamento não é o nosso único desafio.

Assumo este novo mandato com a missão de manter longe do MPM uma barreira ainda mais insidiosa: a divisão institucional. Uma instituição dividida é uma instituição que sangra. O Ministério Público Militar não pode se dar ao luxo de fragmentações internas que apenas servem para nos enfraquecer, inclusive perante a sociedade.

A divisão institucional drena energia, dispersa o foco e compromete a nossa missão constitucional. Precisamos entender que, para além das divergências de pensamento — que são saudáveis na democracia —, deve prevalecer a unidade de propósito.

Um MPM cindido é um MPM menor.

Se as urnas nos deram quase 90% de apoio, é um sinal claro de que a classe deseja o fim das fragmentações. Convoco a todos, membros e servidores, à união. Só uma instituição coesa terá força política e jurídica para pleitear o respeito que merece.

Entramos agora em um ponto nevrálgico da nossa missão.

É imperativo reafirmar: a Hierarquia e a Disciplina não são meros conceitos operacionais das Forças Armadas; são valores constitucionais fundamentais, erigidos pelo constituinte de 1988 como pilares das instituições militares.

O Ministério Público Militar tem o dever precípua de zelar por esses pilares.

Sem hierarquia, a força se torna caos; sem disciplina, a ordem se dissolve.

Nossa atuação deve visar a preservação da coesão que permite às Forças Armadas cumprirem sua missão constitucional. Seremos rigorosos na fiscalização da ética militar. Onde houver quebra de preceitos disciplinares que configurem crime, o MPM atuará com o equilíbrio que a lei exige, mas com a firmeza que a estabilidade das instituições militares impõe ao Brasil.

A sociedade espera de seus militares o exemplo máximo de retidão, e nós devemos ser os garantidores de que esse exemplo não será maculado.

Vivemos um momento histórico de transformação nas fileiras das nossas Forças.

Refiro-me a abertura e o fortalecimento do Serviço Militar Inicial Feminino, que é mais do que uma mudança administrativa; é um passo civilizatório e estratégico.

Para as mulheres que agora ingressam, em números cada vez maiores, na Marinha, no Exército e na Força Aérea, o Ministério Público Militar envia uma mensagem clara: nossa instituição está atenta e vigilante para que o ambiente militar seja um espaço de mérito, respeito e igualdade de oportunidades.

A presença feminina traz novas perspectivas e competências que engrandecem o poder nacional. O MPM atuará para assegurar que essa integração ocorra sob o manto da legalidade, combatendo qualquer forma de discriminação ou assédio, garantindo que a dignidade da mulher militar seja tão respeitada quanto a farda que ela ostenta com orgulho.

A Justiça Militar da União, para além da Justiça constitucionalmente competente para punir condutas que afetem a hierarquia e disciplina militares, também deverá servir como um escudo de proteção à dignidade da mulher militar, sendo o porto seguro dessas novas pioneiras.

É preciso, contudo, elevar o tom para tratar de uma ameaça que ronda nossa arquitetura jurídica.

Assistimos, por vezes, a tentativas de esvaziamento ou enfraquecimento da Justiça Militar da União.

Diante disso, serei veemente: qualquer medida que vise mitigar a competência desta Justiça especializada é um ataque direto à eficiência das Forças Armadas e à própria segurança da República.

A Justiça Militar não é um privilégio; é uma necessidade estratégica.

A Justiça Militar da União existe e se justifica por uma razão ontológica: a especificidade da vida militar é absoluta e inegociável. Não estamos diante de uma profissão comum, regida por contratos bilaterais ordinários. Falamos de homens e mulheres submetidos ao 'dever de sacrifício', que juram estarem prontos à entrega da própria vida em defesa da Pátria.

Quem não compreende a singularidade de viver sob o regime de prontidão, de enfrentar o perigo iminente e de operar o monopólio da força, não possui a régua adequada para medir a gravidade da quebra de um preceito hierárquico ou de um ato de insubordinação.

O que na vida civil é divergência, na caserna pode ser o colapso da ordem.

É por isso que a Justiça Militar não pode ser diluída.

Suas normas são o contrapeso necessário para manter o equilíbrio de instituições que possuem o poder das armas. Defender essa especialização é defender a própria sobrevivência da estrutura militar, garantindo que o julgamento de seus membros seja feito por quem domina os pilares éticos e operacionais que sustentam a caserna.

Quem desconhece a especificidade da vida militar, não pode querer pretender julgar seus desvios usando as mesmas rédeas da justiça comum.

Lutaremos, em todas as esferas, contra qualquer retrocesso legislativo ou interpretativo que tente desidratar o papel do Ministério Público Militar ou da Justiça Militar da União. Não aceitaremos a erosão da nossa competência, sequer sob o manto de falsos modernismos.

Ao me aproximar do encerramento desta fala, convido todos a uma reflexão sobre a natureza do tempo em nossa instituição.

O Ministério Público Militar não nasceu do acaso; ele foi forjado no aço das necessidades da Nação e lapidado por um século de dedicação daqueles que nos precederam.

Olhar para o passado não é um exercício de nostalgia. É, antes de tudo, um ato de reverência e aprendizado. Foram as lições de ontem — os desafios enfrentados em tempos de paz e as provações em tempos de crise — que nos deram a musculatura institucional que hoje nos sustenta.

No entanto, a história é um caminho que não admite estagnação.

Se o passado nos deu a base, o presente nos exige a coragem da transformação. Vivemos em uma era onde as ameaças se desmaterializam em códigos binários, onde a soberania é testada em novas fronteiras e onde a sociedade clama por uma justiça que seja, ao mesmo tempo, técnica e célere.

Portanto, devemos ter em mente que o destino não nos aguarda passivamente. Não podemos ser meros espectadores do amanhã.

Assim, ao iniciar este novo biênio, sinto o peso da responsabilidade, mas também a fascinação pelo que ainda podemos construir.

Reconduzir um Procurador-Geral não é apenas um ato administrativo; é a renovação de um pacto de confiança entre a Instituição, a classe e a sociedade. É o reconhecimento de que o caminho trilhado até aqui foi firme, mas é, acima de tudo, a exigência de que os passos futuros sejam ainda mais largos.

Não somos uma obra acabada; somos uma instituição em constante evolução.

O Ministério Público Militar que verdadeiramente queremos é aquele que ainda estamos construindo: mais ágil, mais coeso, mais forte e resiliente, mais próximo de seu jurisdicionado e mais firme em seus propósitos.

Mas que fique claro: essa construção jamais abrirá mão daquilo que nos define. Evoluiremos sem perder a consciência da proteção à especificidade da vida militar.

O que nós desejamos tem nome: é a Justiça plena, atenta às nossas singularidades, cega às conveniências de ocasião e obedecendo apenas à Constituição e a Lei.

Encerro fazendo um paralelo ao juramento que todos os militares fazem ao ingressar na carreira: o compromisso de dedicar-se inteiramente ao serviço da Pátria. Como Procurador-Geral, tomo esse juramento para mim no âmbito da Justiça. Minha pátria é a Constituição; minha munição é a Lei; meu alvo é a incessante busca de Justiça.

Com equilíbrio, coragem e fé, seguiremos juntos.

Que Deus nos guie nesta jornada.

Muito obrigado!